



SUBEMENDA SUBSTITUTIVO
SU Nº 8 À EMENDA Nº 11 11 AO PROJETO DE LEI Nº 19/2025
(S

Dispõe sobre a regulamentação do serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros em motocicletas intermediado por empresas operadoras de aplicativos, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Belo Horizonte decreta:

Art. 1º Esta Lei, nos termos da Lei Federal nº 13.640, de 26 de março de 2018, regulamenta o serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros realizado por meio de motocicletas e intermediado por empresas operadoras de aplicativos.

Parágrafo único. O transporte remunerado privado individual de passageiro não se confunde com o mototáxi, atividade essa que depende de licenciamento e regulação do Poder Executivo.

Art. 2º Para efeitos desta Lei, adotam-se as seguintes definições:

I - Serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros em motocicletas: serviço remunerado de transporte privado para a realização de viagens individualizadas em motocicletas intermediado por empresa operadora de aplicativo;

II - Empresa operadora de aplicativo: empresa que opera plataforma digital que realiza o serviço de intermediação de transporte remunerado privado individual de passageiros;

III - Motociclista: indivíduo que presta serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros em motocicleta, por meio de plataforma da empresa operadora de aplicativo;

IV - Passageiro: indivíduo que utiliza o serviço de transporte remunerado privado individual em motocicletas intermediado por empresa operadora de aplicativo;

V - Motocicleta ou motoneta: veículo motorizado de duas rodas utilizado pelo motociclista, podendo ser próprio, arrendado, locado ou

722 8421



autorizado por terceiro para uso, que esteja regular perante as autoridades de trânsito.

Art. 3º A prestação de serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros em motocicletas intermediada por empresa operadora de aplicativo pressupõe a realização de cadastro pessoal e intransferível dos motociclistas e dos passageiros e a aceitação dos termos de uso da respectiva plataforma.

Parágrafo único. A operadora de aplicativo deve obter diariamente, ao menos duas vezes, e de forma randômica a identificação digital do motociclista.

Art. 4º A prestação dos serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros em motocicletas deve observar os seguintes princípios:

- I - Eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana;
- II - Segurança no deslocamento das pessoas;
- III - Redução de desigualdades e promoção de inclusão social;
- IV - Melhoria na condição da população no que se refere à acessibilidade e mobilidade;
- V - Estímulo à geração de renda;
- VI - Promoção do desenvolvimento e da inovação.

Art. 5º Para a prestação de serviço que dispõe esta Lei é necessário que:

- I - O motociclista:
 - a) apresente carteira de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
 - b) tenha completado 21 (vinte e um) anos;
 - c) possua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) por pelo menos 2 (dois) anos na categoria;
 - d) certidões negativas de antecedentes criminais;
 - e) inscreva-se como contribuinte individual do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), nos termos da alínea "h" do inciso V do art. 11 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, excetuando-se os motociclistas que



já efetuem o recolhimento ou que, em razão do regime em que estejam inscritos, estejam dispensados dessa obrigação;

f) esteja coberto por seguro de Acidentes Pessoais a Passageiros (APP) e do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) ou documento que comprove a contratação de ambas as espécies de seguro pela empresa operadora de aplicativo;

g) mantenha a motocicleta com a revisão em dia;

h) utilize Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados que devem incluir, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, que devem incluir:

1. capacete de segurança;

2. colete de segurança dotado de dispositivos retro refletivos;

i) utilize dispositivos de segurança obrigatórios como aparador de linha fixado no guidão do veículo.

j) comprove a aprovação em curso de pilotagem segura ofertado pela plataforma.

II - A motocicleta:

a) esteja regularizada e em acordo com os requisitos exigidos pela legislação vigente;

b) possua Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV) válido.

III - A empresa operadora de aplicativo:

a) mantenha sistema de monitoramento de velocidade e rastreamento em tempo real, que permita acompanhar a velocidade e a localização dos motociclistas durante todo o percurso;

b) ofereça treinamentos periódicos sobre cumprimento de normas de trânsito defensiva e responsabilidade no transporte de passageiros;

c) ofereça curso de pilotagem segura;

d) disponibilizar, antes da primeira corrida, instruções de segurança aos usuários;

e) implemente pontos de apoio para motociclistas em áreas estratégicas, dotados de infraestrutura mínima, incluindo:

1- áreas de estacionamento seguro;



- 2- banheiros públicos;
- 3- áreas de descanso;
- 4 - iluminação adequada;
- 5 - câmeras de vigilância;
- 6 - serviços básicos como água potável e WiFi;

f) pague os custos referentes ao Seguro APP (Acidentes Pessoais de Passageiros) dos motoristas cadastrados na plataforma e dos usuários.

§ 1º A empresa deverá enviar alerta sempre que o motociclista desenvolver velocidade superior a regulamentada na via.

§ 2º As exigências mínimas para motociclistas e motocicletas dispostas nesta Lei não impedem as empresas operadoras de aplicativo de estipularem requisitos complementares para o cadastramento nas respectivas plataformas.

§ 3º A empresa distribuirá, em campanhas educativas, dispositivos de segurança obrigatórios, incluindo:

- a) aparador de linha, fixado no guidão do veículo;
- b) capacete;
- c) colete reflexivo para o condutor.

Art. 6º Sem prejuízo das disposições contratuais, são obrigações dos motociclistas de que trata a presente Lei:

I - Comunicar previamente ao aplicativo no qual é cadastrado quaisquer mudanças de seus dados cadastrais, bem como do veículo utilizado para realizar o transporte;

II - Atender aos passageiros adequadamente, com urbanidade;

III - Observar a legislação de trânsito brasileira, incluindo as normas disciplinadas no Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e as Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) no que couber.

Art. 7º O Poder Público poderá, em parceria com as empresas operadoras de aplicativos, elaborar campanhas focadas na conscientização e prevenção de acidentes de trânsito, voltadas inclusive aos pedestres.



Art. 8º As plataformas operadoras de aplicativos compartilharão trimestralmente com o Poder Público:

I - O nome completo dos motociclistas, CPF e placa do veículo da base de motociclistas ativos na plataforma;

II - Dados, de forma anonimizada e por mapas de calor das viagens diárias por faixa de horário;

III - Dados, de forma anonimizada e por mapas de calor da localização georreferenciada de acidentes de trânsito por motocicletas;

IV - Relatório, com informações anonimizadas, de monitoramento de comportamento para qualificar a condução dos motociclistas, com base em indicadores como aceleração, frenagem e curvas, de modo a contribuir para ações de prevenção a acidentes;

V - Relatório com as ações realizadas pela operadora para contribuir com a prevenção de acidentes.

§1º. Os dados serão compartilhados em formato aberto, com extensões como .csv, .shp, .dxf ou similares, permitindo a realização de análises no formato SFT.

§2º O relatório previsto no inciso IV deste dispositivo será feito por meio de telemetria a partir de agosto de 2026.

Art. 9º A inobservância dos preceitos que regem o serviço de transporte individual privado remunerado de passageiro por motociclista cadastrado ou pela empresa fará com que a Administração Municipal adote e aplique os seguintes procedimentos:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão, por até 60 (sessenta) dias, do motociclista cadastrado ou da autorização da empresa, sem prejuízo das demais sanções dispostas nesta lei;

IV - exclusão do motociclista da plataforma;

V - cassação da autorização da empresa.

Art. 10. A exploração dos serviços de transporte remunerado privado individual de passageiros por motocicletas deverá observar as regras presentes nesta Lei, sujeitando-se à fiscalização da Administração Municipal.



§ 1º A Administração Municipal comunicará as irregularidades apuradas à empresa operadora de aplicativo para as providências cabíveis.

§ 2º As eventuais punições aos motociclistas cadastrados nas plataformas deverão atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

§ 3º As hipóteses excepcionais de condutas graves que possam gerar exclusão ou bloqueio imediato do motociclista cadastrado deverão constar nos termos e condições para o ingresso na plataforma da empresa.

§ 4º As condutas apuradas em desrespeito à legislação de trânsito deverão gerar a exclusão do motociclista cadastrado pelas plataformas.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2025.

MARILDA DE
CASTRO
PORTELA:0082150
8695

Assinado de forma digital
por MARILDA DE CASTRO
PORTELA:00821508695
Dados: 2025.11.13
14:11:47 -03'00'

MARILDA PORTELA
VEREADORA
Partido Liberal

